

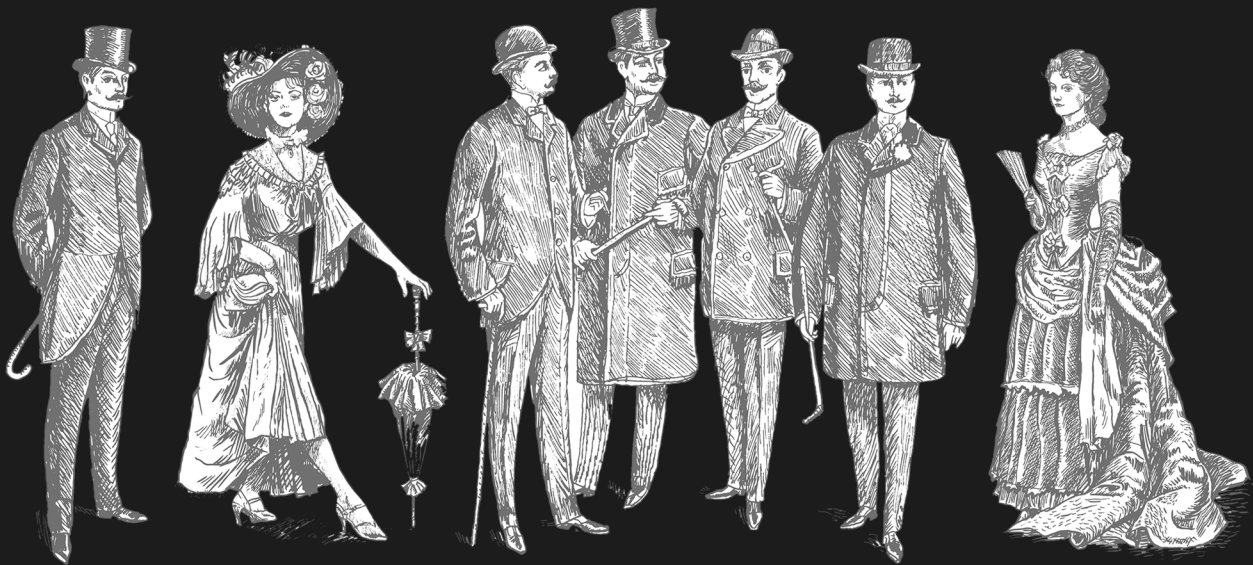
Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Sentidos e sujeitos:
elementos que dão consistência à
história**

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S478 Sentidos e sujeitos [recurso eletrônico] : elementos que dão consistência à história / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-323-1
DOI 10.22533/at.ed.231201808

1. Aprendizagem. 2. Conhecimento. 3. Prática de ensino
I.Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.
CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O modo com que nos relacionamos com o conhecimento impacta diretamente o processo de ensino aprendizagem e também no modo como encaramos o processo de construção do conhecimento como todo. Há, da mesma maneira uma diferença no tratamento que damos à tensão existente entre a informação produzida pela ciência e aquela a que temos acesso cotidianamente, que reside exatamente na conexão que estamos dispostos a reconhecer entre o conhecimento, a informação e a experiência cotidiana dos indivíduos. De maneira geral, essa relação é vista atualmente, como um elemento de embates e resistências, em uma dinâmica própria, que não é sempre harmônica. Essa espécie de tensão é particularmente visível no momento em que vivemos: há uma espécie conservadorismo que está em crescimento no Brasil atualmente se alimenta dela, e que se coloca, muitas vezes como resistente a ciência de referência e aos consensos científicos reconhecidos. Há uma factualização das informações que passam a fazer sentido para o indivíduo validadas especialmente pela sua própria experiência com o real. Assim, os “espaços de domínio público” do conhecimento vem ganhando cada vez mais dimensão no processo da formação de opiniões, posicionamentos e referenciais das pessoas.

Esse movimento não é um fenômeno apenas nacional, mas se verifica em diferentes partes do globo, o que demonstram a necessidade de um aprofundamento no entendimento do funcionamento destes espaços de difusão da informação e na maneira como os sujeitos e os sentidos do real são constituídos. O pensamento é construído no espaço de relação entre as pessoas, no reconhecimento e na interação dos indivíduos. Da mesma forma em que os saberes e a ciência se expressam por meio de linguagens, mas não se reduzem a elas. É na relação, no reconhecimento e na exploração da construção de sentido dos grupos humanos e reconhecimento dos sujeitos como elementos formadores desse sentido (que portanto, se está contido na maneira em que cada indivíduo constrói sua experiência do real) que a história adquire profundidade, riqueza e forma. É dessa experiência que o conhecimento histórico, se estabelece, se compõe e constrói significados.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA A QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL DOCENTE	
Maria Lidiane Santos Silva Nilda Aparecida Pascoal Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.2312018081	
CAPÍTULO 2	17
A QUESTÃO RACIAL À LUZ DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS REBATIMENTOS APÓS GOLPE DE ESTADO DE 2016	
Cristiane Medeiros dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2312018082	
CAPÍTULO 3	33
A RELEVÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO NA HIALA METALÚRGICA	
Isana Ferreira Fernandes dos Santos Delvania dos Santos Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2312018083	
CAPÍTULO 4	47
A SOCIEDADE RECREAÇÃO FAMILIAR JAGUARENSE EM JAGUARÃO RS (1852 – 1881)	
Alan Dutra de Melo Ronaldo Bernardino Colvero	
DOI 10.22533/at.ed.2312018084	
CAPÍTULO 5	62
EXPERIÊNCIAS E LUTAS DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1979-1985)	
Max Rodolfo Roque da Silva André Gustavo Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2312018085	
CAPÍTULO 6	74
FONTES ORAIS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NA PESQUISA COM BENZEDEIRAS E CURANDEIRAS EM CHAPECÓ/SC	
Alex Junior Rapczynski	
DOI 10.22533/at.ed.2312018086	
CAPÍTULO 7	80
HISTÓRIA DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÕES DISCURSIVAS NO BRASIL IMPERIAL: PRINCÍPIOS, SABERES E SUJEITOS	
Diego Dias Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.2312018087	
CAPÍTULO 8	92
O DECRETO Nº 500/1955 NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS AGRÁRIOS E GESTÃO DAS TERRAS DEVOLUTAS EM GOIÁS (1955-1958)	
Matheus de Araujo Martins Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.2312018088	

CAPÍTULO 9	103
O PROBLEMA DA MEDIÇÃO NA MECÂNICA QUÂNTICA: ANÁLISE LÓGICA DE ALGUMAS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO	
Moisés Romanazzi Tôrres	
DOI 10.22533/at.ed.2312018089	
CAPÍTULO 10	119
O RURAL, O URBANO, E A QUESTÃO DOS BRASIGUAIOS NA FRONTEIRA PARAGUAI-BRASIL, A PARTIR DE APROPRIAÇÕES MUDIÁTICAS	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.23120180810	
CAPÍTULO 11	130
O SUJEITO DO DISCURSO IMOBILIARIO NA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO: ONTEM E HOJE	
Luciane Lucyk	
DOI 10.22533/at.ed.23120180811	
CAPÍTULO 12	142
OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E OS DILEMAS PARA O CUMPRIMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI 10639/2003	
Pedro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.23120180812	
CAPÍTULO 13	157
<i>SOMOS MULHERES, SOMOS POVO, SOMOS HISTÓRIA, SOMOS RESISTÊNCIA!</i> : REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA E PROCESSOS EDUCATIVOS DAS MULHERES SEM TERRA NO MST	
Flávia Pereira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.23120180813	
CAPÍTULO 14	171
TEMPESTADE OU TEMPO FIRME: ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA SOBRE A PRESENÇA DE DEMOCRACIA NO BRASIL	
Fernanda Viana Falkoski	
DOI 10.22533/at.ed.23120180814	
CAPÍTULO 15	183
VAI NA BRASILEIRARAGEM: MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE NACIONAL EM UM ANÚNCIO DA NIKE DA COPA DO MUNDO DE 2018	
Kelly Cristina Torres de Barros Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.23120180815	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	196
ÍNDICE REMISSIVO	197

TEMPESTADE OU TEMPO FIRME: ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA SOBRE A PRESENÇA DE DEMOCRACIA NO BRASIL

Data de aceite: 10/08/2020

Fernanda Viana Falkoski
Colégio Sinodal Tiradentes

RESUMO: Evidentemente muito do que existe hoje não é como um dia já foi e nem mesmo como um dia será. Mudanças fazem parte de qualquer processo evolutivo, do mais simples ao mais complexo, e naturalmente a democracia também passou e passa por ações de alterações. É essencial entender que a história do Brasil enfrenta momentos frágeis e problemáticos em excesso desde seu início, e, que ainda na época atual, somos influenciados por não possuímos devido conhecimento de nossas raízes e heranças históricas. De maneira não eventual, presenciamos cada vez mais uma comunidade desinteressada e leiga em quaisquer que sejam os aspectos políticos, principalmente ao observarmos a nossa juventude. As gerações que se levantam hoje são os próximos médicos, policiais, bombeiros, vereadores, deputados e presidentes do país. Todavia, é possível perceber uma enorme apatia por um dos setores que movem a sociedade, a política em sua totalidade. É indubitável que a vida do ser humano é cercada por política no abrir olhos de manhã cedo até o adormecer,

por isso, é extremamente alarmante a maneira como as pessoas lidam com a presente conjuntura na qual vivem. Claramente passamos por momentos turbulentos e de mudanças, sejam elas positivas ou negativas, onde está gradativamente pior expor qualquer tipo de opinião ou pensamento, independentemente de partido, lado ou posicionamento. Além de que, o cenário político atual no Brasil contribui para certo nível de confusão e falta de entendimento. Levando isso em consideração, surge o problema: De que forma nós, cidadãos, contribuimos com as mudanças que ocorrem no país e lidamos com os momentos de estabilidade e instabilidade, sobre os quais a democracia brasileira passou ou passa? Objetivou-se, desta maneira, analisar e entender como o Brasil, em uma linha de tempo histórica, compreende e lida com a democracia a partir do levantamento bibliográfico, entrevistas com especialistas da área e debates com o corpo discente do ensino médio de escolas públicas e privadas. De posse de resultados parciais, percebeu-se nos debates, por parte dos alunos, um grande desconhecimento, indiferença e mesmo desprezo, no que tange a vida e a história política do país. Quanto aos especialistas, verificou-se um equilíbrio de opinião acerca de uma estabilidade democrática ou não, porém

todos concordaram que realmente há uma grande falta de interesse da sociedade sobre o tema, principalmente dos mais jovens. Contudo, debates e levantamentos constantes são necessários para o entendimento do momento político nacional, levando-se em consideração a relevância do tema no cotidiano e na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Política, Brasil, Sociedade, História.

1 | INTRODUÇÃO

Muito antes das sociedades se organizarem como são hoje, os primeiros seres-humanos coexistiam de maneira tranquila com a natureza e viviam em pequenos bandos. Esses grupos primitivos possuíam uma estrutura onde as tarefas eram divididas da forma que julgavam mais adequada para a sobrevivência do maior número de pessoas, levando em conta que, neste dado momento da história, tudo era uma questão de sobreviver.

Todavia, a convivência em grupo sempre contribuiu para o surgimento um ambiente hostil e agressivo, pois era preciso que um líder se levantasse e conseqüentemente grandes conflitos por interesse individuais eram iniciados. Era um governo de poucos, onde apenas os mais fortes ou mais sábios estavam a frente e o que ocorria era a submissão das vontades pessoais à vontade do chefe do grupo.

Isso continuou (e pode-se dizer que ainda continua) a acontecer por muitos anos e de muitas maneiras diferentes, de modo que com o passar do tempo, esse governo foi se mascarando, dando ao povo uma falsa liberdade, jamais questionada.

Com o decorrer das sociedades, essas foram moldadas de acordos com os princípios e necessidade próprias e, conseqüentemente observa-se neste processo o advento de distintas formas de governar, dentre eles, a democracia, que surge na história de feito severamente lento, graças a alguns políticos como Sólon, Clístenes, Péricles e Efialtes, que reestruturaram a política da cidade de Atenas na Grécia, e por isso, os atenienses são considerados os precursores da democracia.

É inegável que esse conceito político grego, já não se parece mais com a ideia que entendemos hoje, as demandas sociais definitivamente não são as mesmas e foi preciso que mesmo a democracia se adaptasse aos novos tipos de Estado, todavia, seu fim útil deveria ser ao menos semelhante, levando em conta que o “governo do povo” continua sendo do povo.

Aos poucos a democracia se tornou apenas mais um adjetivo de cada governo e inclusive cada vez mais pode se parece com uma mera aparência de participação política, fazendo com que as pessoas acreditem em algo que talvez já não exista de maneira tão efetiva como deveria ser.

1.1 Problema

O significado etimológico da palavra democracia é “governo da maioria” ou “governo do povo”, que nascida na Grécia, surgiu como uma solução para os tipos de governos vigentes considerados injustos pelos cidadãos da época, contudo, a definição grega entra em contraste com a democracia moderna quando a política atual caracteriza-se pelo individualismo enquanto em Atenas a democracia simplesmente pertencia aos cidadãos livres, que sentados em praças públicas, decidiam o futuro da polis deixando seus interesses individuais de lado segundo normas criadas coletivamente e aceitas por todos.

Levando isso em consideração surge o problema de pesquisa:

De que forma nós, cidadãos, contribuimos com as mudanças que ocorrem no país e lidamos com os momentos de estabilidade e instabilidade, sobre os quais a democracia brasileira passou ou passa?

1.2 Objetivos

Os objetivos dividem-se em: geral e específicos.

1.2.1 *Objetivo Geral*

Analisar e entender como o Brasil, em uma linha de tempo histórica, compreende e lida com a democracia.

1.2.2 *Objetivos Específicos*

- identificar como o cidadão influencia na construção de um país democrático;
- analisar os aspectos democráticos e não democráticos do Brasil;
- observar os critérios que determinam a existência de uma democracia;
- entender de que maneira o Brasil expressa a democracia desde o ano 1500.

1.3 Justificativa

De maneira não eventual, presenciamos cada vez mais uma comunidade desinteressada e leiga em quaisquer que sejam os aspectos políticos, principalmente ao observarmos a nossa juventude.

As gerações que se levantam hoje são os próximos médicos, policiais, bombeiros, vereadores, deputados e presidentes do país. Todavia, é possível perceber uma enorme apatia por aquilo que move a sociedade.

É indubitável que a vida do ser-humano é cercada por política do abrir aos olhos de

manhã cedo até a hora de se deitar para dormir, então por que não procuramos saber o que está acontecendo quando isso nos diz tanto a respeito?

Evidentemente passamos por momentos turbulentos e de mudanças, sejam elas positivas ou negativas, onde é gradativamente pior expor qualquer tipo de opinião ou pensamento, independentemente de partido, lado ou posicionamento. Além de que, o cenário político atual no Brasil, usualmente, contribui para certo nível de confusão e falta de entendimento.

Comumente, tratamos a política como o jogo de futebol que passa no domingo à tarde não percebemos que cada passo dado é uma alteração no percurso inteiro do futuro da história de uma nação.

Conforme Edmund Burke, “um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la”, e, levando em conta a grande preocupação que surge, é de extrema relevância que estudemos as origens políticas e democráticas do Brasil, para que saibamos entender e lidar com o excesso de informação que nos é apresentado hoje.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A democracia na Grécia Antiga

O significado etimológico da palavra democracia é “governo da maioria” ou “governo do povo” e surgiu em Atenas, na Grécia antiga, próximo do século V a. C e caracterizava a forma de governo de administração política dos interesses coletivos da população das cidades-estados. A implantação desse sistema aconteceu de forma lenta e gradativa, pois na época a cidade era controlada por uma pequena parcela elitista da sociedade, eram os chamados eupátridas, que detinham a maioria das terras e dos escravos. Progressivamente o poder que estava todo na assembleia eupátrida, o Areópago, foi transferido para a assembleia do povo, conhecida como Eclésia.

Desde seu surgimento, a democracia tinha como principal objetivo expandir o poder político para uma maioria da sociedade ateniense, de modo que a população tivesse mais voz ativa nas decisões que diriam respeito ao seu cotidiano. A Eclésia era o principal órgão do sistema, era uma assembleia que se reunia uma vez por mês e todos os cidadãos atenienses poderiam dar a sua opinião e votar nas das propostas trazidas pelo Boulé, comitê executivo, exceto os estrangeiros, escravos e mulheres, que não eram possuíam cidadania.

Os atenienses se tornaram extremamente orgulhosos de suas conquistas e se gabava de morar no local mais civilizado do mundo, acreditavam ser superiores ao restante da Grécia pois sabiam resolver os conflitos por meio de discussões inteligentes e cheias de argumentos, tendo em vista que se tornou quase que obrigatório saber debater em Atenas, já que as decisões eram todas tomadas dessa maneira, inclusive, é neste momento de

história, levando em conta a necessidade, que surgem os sofistas, mestres na arte da retórica e da persuasão e que foram duramente criticados por Sócrates e Platão.

De qualquer maneira, é interessante observar a forma como os atenienses se organizavam e como as suas leis faziam muito mais sentido que do que, por exemplo, a Constituição brasileira. As leis comuns gregas nascem de discussões e confrontos filosóficos daqueles que expressam suas opiniões e que apresentam temas políticos, ao contrário do povo brasileiro que apenas aceita aquilo que lhe é imposto.

Para os gregos, o conceito de política é genuinamente referido à coletividade, ao que é comum. Conseqüentemente, a reponsabilidade que cada pessoa assume no presente é um legado para as próximas gerações, pois a mentalidade quanto ao que é público e quanto ao bem comum é passada como um valor, logo, observa-se uma Atenas engajada totalmente e continuamente na política e na filosofia, questão muitíssimo preocupante se trazida para o cenário atual do Brasil.

Todavia é preciso ter a clareza que não é correto tomar a democracia grega como um exemplo sem imperfeições a ser seguido. A análise do sistema democrático de Atenas deve ser feita com extremo cuidado, pois estamos falando de uma democracia que excluía a maioria de seus cidadãos. Sabemos que para os padrões da época, o surgimento de uma nova forma de governo, que contraria tudo o que existia até em então, é um avanço de proporções extremas, mas que ainda assim não deve ser seguida como modelo definitivo no mundo atual, principalmente ao levarmos em consideração que já se passaram mais ou menos 2500 anos desde então.

A Democracia histórica e a sua definição processual

Atualmente é muito comum transformamos a palavra “democracia” em um adjetivo. O que ocorre é a adjetivação do Estado como sendo um “Estado democrático”, de forma que a democracia passe a ser um dos pontos que o governo deve exercer, porém não é o governo em si, ela se torna parte do sistema, mas não é o sistema. Segundo Rosenfield, doutor em filosofia e escritor gaúcho, (1984 p.14) “O Estado moderno configura historicamente um fenômeno político desconhecido que termina por fazer da democracia uma forma de legitimação do seu próprio poder. ”

O senso comum de democracia é demasiadamente limitado, é notório que um dos principais modos de se participar da política de um país é através das eleições, todavia, esse definitivamente não é o único critério para se estabelecer uma democracia.

Gradualmente, a democracia passou de um “governo de muitos” para uma centralização política nas mãos de uma minoria que apenas exerce o poder que tem por seleção da maioria. O que vigora em países como o Brasil são democracias não consolidadas e não efetivas, de modo que seu povo apenas creia que exerça determinada liberdade ou autoridade política, enquanto na verdade não passa de mera aparência.

Ao voltar na história, é possível perceber que mesmo em períodos como o Segundo Reinado brasileiro (1840-1889) e na antiga União Soviética existiam processos eleitorais e em que a população poderia participar das votações, e nem por isso, estes momentos históricos são considerados democráticos.

Para entender um pouco sobre o espaço que a democracia ocupa nas sociedades ao longo da humanidade, compreender a definição processual dela é essencial. A definição processual trata-se de um conceito de classificação das formas de um governo, para que sejam estabelecidos critérios de avaliação e comparação para assim indicar os graus de democratização de cada nação.

Quando aplicado ao Brasil, é fácil perceber de que muitos de seus períodos históricos que são vistos como, muitas vezes, precursores da democracia, em realidade são não democráticos, como é o caso da Primeira República ou República Velha. O marco que deveria ser o início da democracia no Brasil, foi na verdade um golpe de Estado, considerado assim por diversos historiadores e pesquisadores da área, aplicado em Dom Pedro II por Marechal Deodoro da Fonseca, no dia 15 de novembro de 1889, dia este conhecido como proclamação da república brasileira.

Dentre tantos aspectos que poderiam ser citados para refutar a existência de uma democracia na época, há dois que são primordiais, talvez os que mais chamem atenção nesta república recém implantada, são eles: a restrição do direito ao voto e a corrupção no sistema eleitoral da época. Neste período, apenas homens acima de 21 anos e alfabetizados poderiam votar, ou seja, mulheres e analfabetos não deveriam chegar nem perto das urnas, todavia, analisando as condições brasileira de 1889, é de fácil entendimento que apenas as pessoas de classe mais altas, ou seja, a pequena minoria, sabiam ler e escrever, logo, a maioria da população brasileira não participava de um dos principais aspectos da nova democracia.

A Velha República foi marcada pelo coronelismo e pelas oligarquias, ou seja, o poder estava sempre concentrado na mão de nobres fazendeiros ou coronéis proprietários de terra. Nesse cenário surge o chamado voto de cabresto, que foi um mecanismo, muito praticado pelos grandes barões, de compra e venda de votos. Ou seja, os coronéis, literalmente mandavam e desmandavam da vida política do país em seus conhecidos currais eleitorais. E é também nesse período que o Brasil vive um momento que ficou conhecido como a “política do café com leite”, que de um certo ponto de vista, pode ser considerado como uma aristocracia oligárquica mineira e paulista, onde o poder se revezava entre representantes desses estados e quem quer que fosse os outros candidatos, eles não teriam chance de assumir a presidência. Um bom exemplo que possibilita assimilar o nível de corrupção e fraude das eleições da Primeira República é o décimo primeiro presidente do país, Epitácio Pessoa, que se elegeu não estando no Brasil e não participando de campanhas eleitorais.

A Primeira República do Brasil deveria ser o início de uma nova transformação e de um novo jeito de se pensar, pois essa é a essência da democracia. Infelizmente, como fica claro após uma pequena e superficial análise de apenas alguns aspectos da época, o início republicano do país teve mais aspectos antidemocráticos do que o próprio período imperial de Dom Pedro II.

Democracia Substancial

Para que haja melhor esclarecimento e melhor classificação do que pode ser considerado uma democracia consolidada ou não, é importante entender que a democracia se divide em forma e substância. Seu aspecto formal se organiza nos fundamentos característicos deste regime, dentre os principais estão as livres eleições, o voto universal e secreto, a autonomia dos poderes de Estado, a existência de mais que um partido político, a liberdade de expressão e pensamento, ou seja, os meios pela qual a democracia pode ser colocada em prática.

O seu aspecto substancial é aquele facilmente esquecido, todavia, de extrema importância. Diz respeito aos resultados do processo, isto é, basicamente, à qualidade da democracia do Estado. Destacam-se nesta perspectiva, primeiramente a igualdade política e perante a lei do cidadão na prática e não apenas na teoria. Leva-se em conta também na democracia substancial as desigualdades econômicas da população, que devem ser as menores possíveis, mesmo que as pessoas pertençam a diferentes grupos e classes sociais, ninguém, sob hipótese nenhuma, pode ser privilegiado ou discriminado no que tange a direitos primordiais. Todos devem ter acesso aos bens materiais básicos e aos bens culturais de todos os níveis, moradia, educação, saúde, lazer, arte, etc.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54,8 milhões de brasileiros estão abaixo da linha de pobreza, isso significa que aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população tem renda domiciliar por pessoa inferior a R\$ 406 por mês.

Evidente que estes dados para um país desenvolvido são alarmantes e eles ficam ainda pior quando analisados na perspectiva da distribuição de renda. A distribuição brasileira está entre uma das piores do mundo. Segundo o IBGE, em 2017, 10% da população era dona de 43,3% da renda total do país, enquanto os 10% mais pobre detinham 0,7% da renda. E para completar, ainda há uma grande diferença no tratamento da população mais rica para a população mais pobre perante a sociedade.

Infelizmente, a democracia do país cai por terra neste aspecto substancial quando notoriamente boa parte da população não tem acesso à saúde pública de qualidade, educação de qualidade e muitas vezes nem mesmo a saneamento básico e água encanada em casa.

O desuso da Democracia

A democracia é um processo lento e complexo. Nesse sistema a representatividade é falha, a verdade nunca é uma só e o populismo sempre se faz presente, com a apresentação de alguém que diz falar em nome do povo para resgatar a democracia da mão das elites.

Em países como o Brasil, que não possuem uma democracia consolidada e apenas transitam para uma, as manifestações de ruas e outros processos que exigem a soberania popular podem vir a gerar tanto uma democracia efetiva quanto a sua apropriação formal por uma parcela, geralmente elitizada, da política e ainda levar a possibilidade de uma não-transição à democracia de fato.

Esse processo é fácil de ser observado ao levar a França de 1789, em consideração e todo os seus 10 anos de luta e revolução entregues na mão de um sistema semelhante ao deposedo. Observa-se então que a tensão que nascia das exigências por maiores participações políticas acabou por cair em reivindicações que asseguraram a constância do governo.

Com isso, é preciso ressaltar que o direito ao voto é, incontestavelmente, uma das maiores conquistas dos cidadãos do século XIX, todavia, pode ser só mais um protocolo a ser seguido, deixando a estrutura política e social intacta, se não vier acompanhado de outras maneiras de intervenção política.

A desigualdade e o individualismo

Previamente definido, as gigantescas desigualdades sociais fazem com que o caráter democrático do país seja questionável. Um dos principais papéis da democracia é mediar esta diferença de classes e diminuí-la o máximo possível. Sendo essa a sua função, quem assume o papel de mediador é também quem acaba criando a desigualdade, o Estado, pois é ele que ocupa uma posição central neste processo de identificação da sociedade, é através dele que a sociedade se determina, desta maneira, podendo ele se colocar acima deste processo, modelando-o e usualmente esse processo modelador e essa função mediadora partem do princípio do “tirar de uns para dar a outros”.

Consequentemente observa-se no mundo atual, o nascimento de uma sociedade individualista que tem como estrutura base princípios do consumismo e do egocentrismo. A democracia na Grécia antiga é essencialmente sobre o comum, o coletivo e o público. Se não fossem as ágoras, as praças e as assembleias, os gregos jamais formariam as suas leis e debateriam os seus princípios. O que é presenciado hoje é uma falha no sistema público onde tudo passa a ser individual e nada mais é de bem comum.

Percebe-se o advento de Estados que, através de valores de bem-estar material e utilidade, “jogam” com a sua própria população, onde grupos sociais e indivíduos distintos entram em uma arena para disputar quem tem mais força e a quem o poder pertence, sem

ao menos perceberem que são apenas marionetes nas mãos de quem verdadeiramente exerce o poder. Trata-se, portanto, de uma sociedade que iguala todos os indivíduos a objetos. E é natural que não há meios de se exercer uma democracia em um Estado moderno individual. O questionamento principal a ser feito é, se a democracia é o “governo do povo” como pode ela vigorar sem o “povo”, já que esse está ocupado sendo feito de objeto?

Corrupção: o inimigo da democracia

Há anos a sociedade brasileira passa por momentos de amor e ódios com os seus governantes. Diariamente a população é assolada por novos escândalos de corrupção vindos diretamente de capital administrativa do país. Essa é questão é muito complexa e muito mais antiga do que parece. É de senso comum que o Brasil tem problemas com corrupção desde a chegada dos primeiros portugueses nestas terras, desde então o país já passou por diversas outras formas de governo e em absolutamente todas a exploração, o descontentamento do povo e o roubo sempre estiverem presentes, a única e primordial diferença é que desde o início da Nova República (1985) a corrupção acontece de maneira muito descarada e noticiada.

Desde o início da Nova República até o momento atual (2020), o país já teve 8 presidentes, sendo que dois destes nunca terminaram seus mandatos pois sofreram um processo de impeachment, um já esteve preso acusado de roubo e fraude durante o tempo como presidente e dois foram eleitos como vice-presidentes, porém precisaram assumir após a deposição dos presidentes em questão. Evidentemente que isso choca, escandaliza e indigna toda a nação brasileira. Em pleno século XIX, não deveriam estar sendo discutidos temas como este pois os representantes escolhidos sabem o que estão fazendo, ou pelo menos deveriam. Repetidamente, a democracia é o governo do povo. É o povo quem faz o governo. Em tese, os governantes estão lá porque deveriam representar aquilo que a população quer, porque foram eleitos pela maioria. O que acontece seguidamente nas eleições são as crises de representatividade, o povo brasileiro ainda não se sente representado por quem está a sua frente, em qualquer que seja a esfera administrativa, e isso ocorre sistematicamente, eleição por eleição

Porém, é preciso que a base da sociedade seja analisada com um cuidado muito especial. O que mais se ouvem são reclamações a respeito de política brasileira, contudo, olhar para a política do país é colocar um espelho em frente a nação. A nação é a política do país. Se a política é ruim, se o sistema falhou, a culpa não é só do presidente Y ou do deputado X. A culpa é de cada um dos cidadãos que continua agindo como se nada estivesse acontecendo e se corrompendo por muito menos do que bilhões de reais.

Não há maneiras de fazer a democracia coexistir com a corrupção. Enquanto houver corrupção, não existe democracia. E lamentavelmente, sabemos que essa é uma das

principais realidades e pautas debatidas no Brasil. A luta pela democracia é contínua e lenta, e deve ser confrontada junto com a luta contra a corrupção, para que nenhuma de ambas seja inútil e jogada fora pelas próximas gerações.

A ignorância e o desinteresse: armas antidemocráticas

Uma das maiores adversidade que existe no Brasil de 2020 para a legitimação da democracia passa pela falta de interesse e pela apatia social por assuntos como a política. Cometemos o grande equívoco de pensar que política é algo que acontece apenas dentro de parlamentos, senados, que se trata de partidos, candidatos e eleições, mas não nos damos conta de que política se refere a tudo o que vivemos cotidianamente. Ao acordar pela manhã e decidir se visto a blusa laranja ou a roxa, eu faço política. Ao escolher entre arroz ou batatas para o almoço, exerço um ato político. Política nada mais é do que a arte de fazer escolhas, saber deliberar e entender o porquê optar por um caminho e não por outro. Ao questionar para aproximadamente 150 jovens de 15 a 18 anos quantos deles faziam política, 68% deles afirmaram que não gostavam e não possuíam nenhum envolvimento com a política durante a sua rotina. Percebido então, o erro comumente cometido a que me refiro.

Não entender o real significado e importância da política em nossas vidas, conseqüentemente gera problemas ainda mais agravantes. Não conhecer a história do país e não possuir interesse em entender como funciona o mecanismo político da sociedade nos leva a uma população que não sabe e não procura compreender o porquê de precisar ir às urnas a cada dois anos e muito menos conhecer quem está escolhendo para decidir o seu próprio futuro.

Hoje reclamamos da forma como as coisas acontecem no Brasil. Não são raros os murmúros contra o governo, contra os partidos e contra os governantes, porém existem coisas que sempre se manterão da mesma forma, pois dependem exclusivamente da educação e do interesse de um nação e enquanto isso não existir, veremos a mesma situação se repetindo diariamente.

Esses 150 jovens os quais citeis, foram adolescentes de Ensino Médio de redes privadas e públicas com quem tive a oportunidade de conversar. Temos a certeza de quem num futuro não tão distante, entre eles estão próximos professores, médicos, policiais, vereadores, deputados e, quem sabe, presidentes do país. Ao perguntar a eles o nome do primeiro presidente da república do Brasil obtive respostas como “Getúlio Vargas”, “Fernando Collor”, “Dom Pedro II” e “Pedro Álvares Cabral”, apenas 5% deles souberam explicar com facilidade o nome de “Marechal Deodoro da Fonseca”. Isso é grave, chocante e inadmissível. Contudo, não é possível que culpemos apenas os jovens por isso, pois no meio dessa história, eles não são nada mais do que vítimas. É impossível que se nutra interesse por algo que não é apresentado, não é ensinado e quando se

toca no assunto seja tido como algo ruim, danoso e sem relevância, quando política é o extremo contrário de tudo isso.

É preocupante viver em um país onde as pessoas sequer lembram a quem deram o seu voto nas últimas eleições. E é ainda mais revoltante perceber que não existe nenhuma espécie de incentivo para que a democracia não caia em desuso.

A resposta chave para tudo isso é apenas uma: educação. Enquanto for preciso lutar pelo acesso a uma educação de qualidade, continuaremos mantendo o cenário do jeito que está, não propositalmente, mas por uma ingênua ignorância. Sem sombra de dúvidas, a indiferença e a imparcialidade é o que assombra a democracia brasileira desde os seus primórdios. É confortável não sair do lugar, de fato é. Porém a cada ano que vier a passar sentiremos com ainda mais intensidade os efeitos de ficar parado.

Democracia não é sobre uniformidade. Não é sobre a não existência de conflito. Justamente é o oposto. É sobre debate, sobre diversas opiniões e sobre não concordar, o progresso é a consequência de milhares de cabeça pensando juntas e trazendo pontos de vista diferentes. Democracia é sobre espaço e sobre respeito. É entender o meu direito e dever de estar presente e saber respeitar o direito e o dever do próximo de também se fazer presente, mesmo que diferente de mim.

Afirmar que o momento atual brasileiro é “tempestade” não se faz necessário. É nítido que o Brasil passa por momentos de turbulência política há mais ou menos 500 anos. Não somos a geração privilegiada a estar presenciando isso, porém podemos ser a geração determinada a começar a mudar essa questão. Evidente que levamos muito tempo para chegar onde estamos hoje, então é lógico que levaremos tempo para reverter a situação. O primeiro passo para isso é nada mais nada menos do que conhecer e entender o que nos trouxe até aqui. Como muitíssimo bem colocado por Edmund Burke, filósofo inglês, um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la. Passaremos muito tempo em tempestade se continuarmos a não compreender o básico das nossas raízes.

REFERÊNCIAS

CANCIAN – Renato – ***Democracia: As formas que esse sistema tomou ao longo da história*** – <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/democracia-1-as-formas-que-esse-sistema-tomou-ao-longo-da-historia.htm?mobile> – acesso em: 18 de abril de 2019.

CANCIAN – Renato – ***Democracia: Definições, direito de voto e eleições*** – <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/democracia-2-definicoes-direito-de-voto-e-eleicoes.htm> – acesso em: 18 de abril de 2019.

CORTELLA, M. *et al.* **Verdades e Mentiras: Ética e Democracia no Brasil**. 1º ed. Campinas, São Paulo: Papirus 7 Mares, 2016.

KINZO – Maria – **A Democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição – 2001** – http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002 – acesso em: 14 de junho de 2019.

D. **A Questão da Democracia**. Edição São Paulo: Brasiliense, 1984.

TEIXEIRA – Felipe – **Estabilidade Democrática e o desgaste do atual modelo de Estado** – 2019 – <http://www.justificando.com/2019/03/20/estabilidade-democratica-e-o-desgaste-do-atual-modelo-de-estado/> – acesso em: 14 de junho de 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 33, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44
Análise da Teoria Quântica 103
APENOPE 62, 63, 64, 66, 67, 71, 72
Associação Cruzeiro Jaguareense 47, 48, 51, 59

B

Benedeiras 74, 75, 76, 78, 79

C

Chapecó/SC 74, 75
Conflitos agrários 92
Curandeiras 74, 75, 76, 78, 79

D

Desapropriação de Terras 92, 96, 99

E

Experiências 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15, 32, 35, 62, 65, 67, 70, 72, 80, 82, 83, 84, 88, 102, 140, 142, 145, 158, 159, 169
Experimento das Duas Fendas 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 116

F

Fontes orais 74, 75, 76, 77, 79
Formação de Professores 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 16
Formações discursivas 80, 86

G

Goiás 4, 5, 6, 7, 1, 7, 33, 39, 63, 92, 93, 94, 96, 100, 101, 102, 157, 159, 196
Golpe 17, 63, 176

H

História 2, 11, 16, 25, 30, 35, 47, 48, 53, 59, 60, 61, 67, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 101, 102, 107, 112, 113, 123, 124, 129, 131, 134, 139, 140, 142, 143, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 185, 189, 190, 192, 193, 196

História da Educação 73, 80, 82, 83, 84, 90, 91

História do Processo de Escolarização 80, 81, 84, 85, 88, 89

I

Interação 1, 3, 7, 10, 33, 34, 41, 43, 44, 53, 109, 111, 114, 115, 133, 192

J

Jaguarão 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61

L

Libras 33, 34, 37, 43, 44, 124

Lógica 23, 24, 27, 29, 87, 95, 103, 105, 107, 108, 110, 115, 116, 144, 162, 167, 168

Lutas 22, 36, 62, 65, 66, 67, 70, 72, 73, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169

M

Memória 47, 52, 59, 71, 73, 76, 91, 108, 121, 123, 125, 127, 130, 131, 151, 183, 184, 185, 189, 190, 194, 195

Mercado de trabalho 33, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 147

P

Patrimônio cultural 47

Política de Saúde Mental 17, 18, 19, 20, 23, 26, 28, 29, 30

Problema da Medição 103, 105, 106, 108, 110, 114, 116

R

Racismo 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 31, 143, 144, 147, 148, 150, 153, 155, 156

Residência pedagógica 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16


S

Sistemas de Informação Geográfica 74, 75, 77, 79

Surdez 33, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45

T

Terras devolutas 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102



*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História*


www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 





*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

